



6432

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA ENERGÉTICA MERCOSUL

Pelo presente instrumento particular, COMPANHIA ENERGÉTICA MERCOSUL, companhia aberta, com sede na Rua do Ouvidor n.º 97, 8º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, inscrita no C.G.C./M.F. sob o n.º 02.201.268/0001-17, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada EMISSORA, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no C.G.C./M.F. sob o n.º 36.113.876/0001-91, com sede na Av. das Américas n.º 1.155 – Gr. 1.301 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ, neste ato representada na forma de seu contrato social, doravante denominada AGENTE FIDUCIÁRIO, vêm aditar a escritura de 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, firmada em 23 de outubro de 1998, bem como, alterar disposições e definições, nos termos que se seguem:

III – DA EMISSÃO

5) DATA DE VENCIMENTO

As debêntures terão vencimento em 01 de abril de 2013.

11) PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam o interesse dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no "MONITOR MERCANTIL" do Rio de Janeiro, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture.

13) LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese de o debenturista não estar vinculado a esse sistema.

17) VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas as debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA das debêntures em circulação, do valor nominal acrescido de juros calculados e da remuneração calculada "pro rata tempore" até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o estipulado no item 18.1, mediante carta protocolada com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- b) Pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- c) Liquidação ou decretação de falência da EMISSORA;
- d) Falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



e) Vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da EMISSORA, prevista nesta escritura de emissão;

f) Pelo não cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS EM EMISSÃO PÚBLICA POR INSTRUMENTO PARTICULAR e CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO POR INSTRUMENTO PARTICULAR, a serem firmados entre a EMISSORA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

g) Pela extinção, a qualquer título, da concessão da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, expedida conforme Decreto s/nº, de 12/06/98.

h) A falsidade da declaração a que alude o artigo 1º, parágrafo primeiro, alínea "c", do Decreto nº 99.476, de 24.08.90;

18) JUROS REMUNERATÓRIOS

As debêntures serão remuneradas, a partir da data de emissão, com juros remuneratórios de 4,0% (quatro inteiros por cento) ao ano, "spread", acrescidos da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o valor nominal atualizado das debêntures, observada a seguinte sistemática:

18.1) Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano:

- a) O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal, diariamente a partir da data de emissão das debêntures e até o seu vencimento ou liquidação, observado o disposto no item 14, da Cláusula III, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor das debêntures, considerados no referido saldo devedor todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1$, sendo:

TC – termo de capitalização;

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n – número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização ou de vencimento final das debêntures, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor das debêntures.



- b) O percentual de 4% (quatro por cento) ao ano acima da TJLP, referido no item 18 acima, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre o valor nominal das debêntures, nele compreendida a parcela capitalizada nos termos da alínea "a", nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no item 18.4 ou na data de vencimento, e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

18.2) Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano:

O percentual de 4% (quatro por cento) ao ano acima da TJLP, referido no item 18.1, acrescido da própria TJLP, incidirá, sobre o valor nominal das debêntures, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no item 18.4 abaixo, ou na data de vencimento das debêntures ou liquidação, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

18.3) O montante referido no item 18.1, alínea "a" acima, que será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures, diariamente a partir da data de emissão das debêntures e até o seu vencimento ou liquidação, observado o disposto em 18.5, será exigível juntamente com as parcelas da amortização mencionadas no item 19, vencendo-se a última parcela no vencimento final das debêntures, em 01 de abril de 2013, no vencimento antecipado, aquisição ou resgate facultativo e no vencimento final das debêntures;

18.4) O montante apurado nos termos do item 18.1, alínea "b" acima ou no item 18.2 acima, será pago aos debenturistas semestralmente, no dia primeiro dos meses de abril e outubro ocorrendo o primeiro pagamento em 01 de outubro 1998 e o último em 01 de abril de 2013, no vencimento antecipado, aquisição ou resgate facultativo e no vencimento final das debêntures, observado o disposto no item 14 acima;

18.5) Todo vencimento relativo aos eventos de amortizações, vencimento final, vencimento antecipado, aquisição ou resgate facultativo das debêntures e encargos que ocorra em sábados, domingos e feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos jurídicos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos das debêntures.

18.6) A EMISSORA pagará "pro rata tempore" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de resgate facultativo, nas aquisições facultativas e no vencimento antecipado das debêntures.

19) AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

As debêntures serão amortizadas, nas datas definidas na tabela a seguir, sendo o valor de cada uma das parcelas de amortização, o percentual correspondente da tabela, aplicado sobre o valor nominal das debêntures na data de emissão, acrescida pela aplicação cumulativa e sucessiva do Termo de Capitalização (TC) expressado na alínea "a", item 18.1 acima.

DATA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL À AMORTIZAR
01/10/2003	3.0625%
01/04/2004	3.2120%
01/10/2004	3.3688%
01/04/2005	3.5332%
01/10/2005	3.7057%
01/04/2006	3.8865%
01/10/2006	4.0762%
01/04/2007	4.2752%
01/10/2007	4.4839%
01/04/2008	4.7027%

DATA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL À AMORTIZAR
01/10/2008	4.9322%
01/04/2009	5.1730%
01/10/2009	5.4255%
01/04/2010	5.6903%
01/10/2010	5.9680%
01/04/2011	6.2593%
01/10/2011	6.5648%
01/04/2012	6.8852%
01/10/2012	7.2213%
01/04/2013	7.5737%

19.1) Critério a ser utilizado no pagamento:

Os valores referentes às parcelas de amortização serão pagos juntamente com os juros remuneratórios e serão deduzidos do principal das debêntures para todos os efeitos, inclusive para o cálculo da remuneração do semestre subsequente.


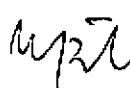
20) PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

O Preço de subscrição das debêntures será correspondente ao seu valor nominal, acrescido da aplicação cumulativa e sucessiva do Termo de Capitalização apresentado no item 18.1 acima e Juros nos termos do item 18, ambos calculados "pro rata tempore", desde a data da emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

A subscrição e integralização das debêntures será realizada conforme previsto no e CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO POR INSTRUMENTO PARTICULAR, a ser firmado entre a Emissora e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ou seja serão subscritas à vista no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

22) MULTA:

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMITENTE, ficarão sujeitos à multa convencional de 10% (dez por cento), irredutível e não compensatória.




IV – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

- 1) Vincular em favor dos debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da data de emissão das debêntures objeto desta operação e até final liquidação de todas as obrigações assumidas na Escritura, a totalidade da receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica, ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, destinada à EMITENTE, observado o disposto no item 1.1 abaixo;

1.1 – Celebrar Contrato Bancário, objetivando operacionalizar a vinculação da receita a que se refere o item 1 acima, que constituirá um adendo à escritura, com a Instituição Financeira depositária dos recursos supramencionados, que não poderá ser alterado sem aprovação dos debenturistas em Assembléia Geral.

2) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

2.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;

2.2) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de seus demonstrativos financeiros, relativos a esse semestre social;

2.3) imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;

2.4) as informações pertinentes à Instrução CVM n.º 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM;

2.5) na mesma data da publicação os atos e decisões referidos no item 1.1 da cláusula 3;

2.6) manter apólice de seguro de operação do empreendimento, até o dia 01/07/2013;

2.7) as informações pertinentes ao Contrato Bancário, a que se refere o item 1.1 desta Cláusula.

3) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

4) manter sempre atualizado o registro de Companhia Aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas, ao menos semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no art. 176 da Lei n.º 6.404/76;

5) manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar Instituições Financeiras autorizadas para que preste este serviço;

6) pagar ao debenturista prioritariamente à distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório;



7) Não criar ou permitir qualquer gravame sobre todas e quaisquer receitas e ativos da EMISSORA sem prévia autorização dos debenturistas em Assembléia Geral, e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

8) Manter apólice de seguro de operação do empreendimento, até o dia 01/07/2013.

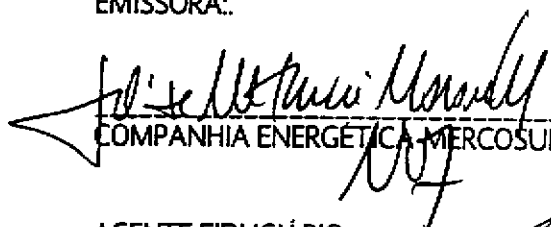
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições pactuadas, desde que não colidentes com o presente aditamento.

Para todo os fins de direito, o presente aditamento produzirá efeitos desde a data da celebração da escritura ora aditada.

E por estarem justos e contratados, assinam a presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1998.

EMISSORA:


COMPANHIA ENERGÉTICA MERCOSUL

7º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS	
Prenotação	10/02/99
Emolumentos - R\$	10,37
Matrícula	- x -
Lei 713	- R\$ - x -
Lei 489	- R\$ 3,52
Registro	- x -
Guias	- R\$ - x -
Averbação	38-1974
Argto	- R\$ 20,75
R.J.	10/02/99
Total	- R\$ 34,64
Oficial	Paulo Roberto

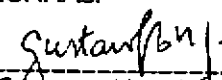
AGENTE FIDUCIÁRIO:

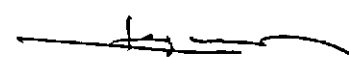


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



TESTEMUNHAS:

1a: 
Nome: Gustavo Henrique Barbosa Novo
CPF: 000.674.107-07

2a: 
Nome: LUIZ EDUARDO SIMÕES JIANA
CPF: 465.817.407-30

3º Ofício de Notas - CARLOS HENRIQUE LUCAS DA FONSECA - Notário
Av. Erasmo Braga 255 S/L - Fone: 533-8565 NY 08029714617
Reconheço por semelhança a firma de: CESAR REINALDU TEAL PINHO, a qual confere com o padrão arquivado em Cartório.
Valores
Firmas R\$.... 0,17
P. Dados R\$.... 1,70
Total R\$.... 1,87
Rio de Janeiro, 8 de Fevereiro de 1999
Em testemunho da verdade.
Carlos Henrique Lucas da Fonseca-Substituto

CARLOS HENRIQUE LUCAS DA FONSECA
Substituto-Not. 08/3408
3º Ofício de Notas
General Cartório RJ.

